

cescontexto

As casas vistas de dentro e de fora

Organização

Carlos Fortuna

Nº 21

Julho, 2018

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

Índice

Nota de abertura	3
<i>Carlos Fortuna</i>	
As casas em dois sentidos	4
<i>Madalena Duarte</i>	
Violência dentro das casas	8
<i>Sílvia Portugal</i>	
O cuidado em casa e o cuidado da casa	16
<i>Carolina Anselmo</i>	
Mudar de casa	19
<i>Bruno Franco Alves</i>	
Conexões Público-Privado	24
<i>Violeta Rodríguez</i>	
Morar fora de casa: uma experiência de resistência no Bairro da Merced, Centro Histórico da Cidade do México	28
<i>Rómulo Oliveira</i>	
Janela de classe e o olhar no olho da casa	33
<i>Adelino Gonçalves</i>	
O(s) lado(s) de fora da casa	43
<i>José Manuel Mendes</i>	
Os “sem-casa”... e depois?	46
<i>Graça Índias Cordeiro</i>	
A rua e a casa, que relação?	49
<i>Paulo Peixoto</i>	
A casa despida	53

A casa despida*

Paulo Peixoto, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
pp@uc.pt

A Internet das coisas é como a invenção da sanita. Não muda os hábitos das pessoas. Apenas as mantém dentro de casa. De uma outra casa.

Cerca de 4 anos antes de eu ter nascido, Alfred Hitchcock disse, no *New York Journal-American*, que a televisão – à época, a caixa que tinha chegado para mudar o mundo – representava a mesma coisa que a invenção da sanita, na exata medida em que não vinha mudar os hábitos das pessoas, servindo apenas para as manter dentro de casa. Mais de meio século depois, poderíamos “nuanciar” a frase de Hitchcock para a adaptar aos dias que correm, onde a Internet das coisas se substituiu à televisão como instrumento que vem mudar o mundo. Ainda que seja exagerado assumir que a televisão e a Internet das coisas não vieram mudar os hábitos das pessoas, interessa-nos, neste texto, reter a analogia para discutir o estatuto da casa no contexto da mudança das noções de ‘íntimo’, de ‘privado’ e de ‘público’. Para encerrar a dimensão ‘escatológica’ já neste primeiro parágrafo, reiteramos apenas, como lembra Monique Eleb (1995) em “A fronteira móvel entre a vida privada e a vida pública na casa”, que a designação de ‘privada’ atribuída ao WC se deve precisamente ao facto de, não obstante a progressiva individualização dos espaços domésticos, se tratar do único lugar onde realmente estamos sozinhos. Esse processo civilizacional que traz consigo as noções de íntimo e de privado, no seio do qual a casa desempenha um papel central, tem sido amplamente discutido nas ciências sociais (Duby e Ariés, 1990; Elias, 2006; Mattoso, 2011a, 2011b).

A casa despida, a que me refiro neste texto, é a casa que se mostra e, mais que isso, a casa que se expõe. A casa que se despe, sobretudo, através dos dispositivos tecnológicos que invadem as nossas vidas quotidianas com promessas de reforço do conforto doméstico e que nos acompanham em cada movimento e em casa inação. Que registam o nosso ‘respirar natural’ e os nossos ‘sinais vitais’, quase inconscientes, traduzindo-os em ‘dados’, mesmo enquanto dormimos. É a domus da domótica, do controlo automatizado, que permite ‘simplificar as nossas vidas trazendo conforto e segurança’. É a casa da inteligência artificial que, através da Internet que está cada vez mais em todas as coisas, transfere para os objetos do nosso quotidiano o poder de gestão dos nossos comportamentos. A casa despida redefine as linhas de fronteira entre público e privado. Torna fluidas, senão desajustadas, as noções de ‘dentro’ e de ‘fora’.

As décadas que nos aguardam vão ser formatadas e condicionadas pela recolha de dados (Klous e Wielaard, 2016). A revolução digital em curso não vai apenas trazer mais

* Este texto reproduz, com adaptações, mantendo o tom coloquial, a apresentação oral proferida em “As casas vistas de dentro e de fora”. Evento integrado na 20ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra [Oh as casas]. FEUC, 12 de abril de 2018.

informação para as nossas vidas, maior velocidade de ligação e uma acrescida dependência de memórias externas. Ela está a conduzir-nos para um estado de docilidade, dir-se-ia de servidão voluntária (Vion-Dury, 2016), de uma transparência ‘nudificante’, cujo resultado final é o desaparecimento da vida privada e a renúncia irreversível à nossa liberdade individual. A Internet das coisas está sobretudo apostada em invadir e em tomar conta dos espaços de preservação da privacidade e de culto da intimidade (a casa, o automóvel, os dispositivos pessoais eletrónicos móveis...), uma vez que é aí que se pode recolher a informação crítica que é potencialmente geradora de maior valor de mercado.

Do ‘quem cala consente’ estamos a passar ao ‘quem fala consente’, pois é quem mais fala (seja de que forma for) na Internet que mais acaba por ter de consentir. ‘Ter de consentir’ é uma expressão que adquire particular relevância. Consentimos em relação à política de privacidade dos sites em que navegamos. Aceitamos facilmente conceder todas as autorizações que nos são pedidas pelas aplicações que descarregamos para os nossos dispositivos eletrónicos móveis. Validamos termos e condições de tudo e de mais alguma coisa. Compramos cada vez mais, não apenas produtos, mas objetos ligados em rede que trazem consigo cedências voluntárias de invasão da nossa privacidade. Paradoxalmente, nessa sociedade do consentimento, quanto mais somos chamados a consentir, menos nos preocupamos com aquilo que consentimos (Peixoto, 2017).

É uma sociedade em que o direito de uso traz consigo a contrapartida do consentimento, uma vez que se está progressivamente a substituir o custo financeiro pelo consentimento explícito. Não consentir significa quase sempre não poder usar. Mas essa contrapartida converte o desejado e socialmente valorizado ‘poder de partilhar’ no incontornável dever de partilhar. Uma vez que na sociedade da Internet das coisas o consentimento se torna obrigatório, assistimos a uma crescente banalização do ato de consentir. Consentimos cada vez mais leviana e acriticamente. A questão é que, nessa imprudência, o preço que pagamos por aquilo que consentimos se torna aparentemente irrelevante perante o poder e a liberdade de usar ‘sem pagar’ (*idem*). Esta é a sociedade em que estão a ser socializadas as novas gerações. Que essa levandade ocorra nos espaços da intimidade, sob a proteção da crença que ‘a nossa casa é o nosso castelo’, é algo que revela, por um lado, a leveza e a ausência de sentido crítico das nossas condutas e, por outro lado, o poder adquirido pelas forças que se apoderam da privacidade dos indivíduos.

Para refletir sobre a ideia da casa despida, podemos perguntar-nos em que circunstância é apropriado qualificar um espaço como doméstico? Se a ‘casa’ ainda é, ou se é sempre, sinónimo de espaço privado? Se o ‘estar em casa’ remete apenas para a intimidade, para o ‘dentro’? Que relações devem existir entre o dentro e o fora para que o espaço seja habitado em situação percecionada de bem-estar, para que o possamos representar e praticar como um ‘estar’ ou um ‘sentir-se em casa’? (Bryson, 2010; Dugain e Labbé, 2016)

Se a televisão domesticou a vida, levando-a para dentro de casa, a Internet das coisas está a fomentar a fragmentação, a ductilidade e a supressão do espaço doméstico a um nível sem precedentes. As tecnologias do quotidiano individualizam os comportamentos e o espaço doméstico é crescentemente produzido por estratégias de individuação. O espaço doméstico da casa despida é uma construção pessoal. Um mesmo espaço, como uma casa, ou uma sala, pode incluir vários espaços domésticos, sem nunca ser necessariamente o mesmo espaço doméstico. O seu carácter interativo exacerba a paradoxal simultaneidade do ‘dentro’ e do ‘fora’, do ‘perto’ e do ‘longe’. Num mesmo momento, podemos partilhar um mesmo espaço físico restrito ao mesmo tempo que emergimos numa sociabilidade intensa que está muito fora dele. E uma contiguidade espacial não impede que a forma preferencial da interação seja a mediada pelos dispositivos tecnológicos móveis. Nesse contexto, o espaço doméstico não desaparece, mas é indelevelmente suprimido. Acresce que o uso e a gestão do espaço

doméstico através da tecnologia, que torna os dispositivos menos uma peça tecnológica e mais uma extensão ou um substituto do cérebro, coloca-nos crescentemente a funcionar em piloto automático no espaço doméstico. E a casa participa cada vez mais na cultura do piloto automático que enquadra a Internet das coisas.

No dia-a-dia, quando estamos em piloto automático, contornamos inconscientemente, ignorando-os, os objetos e as pessoas. Mas na casa da Internet das coisas, são os objetos silenciosos e inteligentes que, crescentemente, nos contornam a nós ou que escolhem a oportunidade da interação. Para configurar um novo espaço doméstico, juntam-se a eles os objetos falantes. A Alexa, o Google Assistant, a Siri, o Cortana, que se insinuam como instrumentos de gestão e de organização do espaço doméstico, não são apenas instrumentos que nos permitem estar ‘dentro’ quando estamos ‘fora’, e vice-versa, são também agentes ativos de usurpação da privacidade, ao serviço das grandes empresas que se alimentam da indústria da Internet das coisas. A casa despida está povoada das chamadas entidades comunicantes que dão forma a uma espécie de aldeia eletrónica. São objetos banais do nosso quotidiano. Lâmpadas, cadeiras, caixotes do lixo, cafeteiras elétricas, contadores da eletricidade, aspiradores inteligentes. Objetos que comunicam cada vez mais entre eles mesmos. E comunicam coisas sobre os comportamentos humanos. São uma espécie de companheiros, de esposos digitais que fomentam a digitalização do real, despindo as casas. Na casa despida, o eletrónico engole o real, como um universo em expansão, que canibaliza tudo à sua volta (Dugain e Labbé, 2016).

Na sociedade dos *Big Data*, em cada momento das nossas vidas, estamos a gerar informação, sobre a nossa saúde, os nossos consumos, as nossas interações, o nosso estado de espírito, os nossos desejos (...) sobre tudo o que fazemos. Em cada gesto estamos a gerar dados que são recolhidos, tratados, organizados. Como sabemos, a mobilidade e a privacidade sempre foram dois dos maiores inimigos da recolha e da precisão dos dados. Por isso, é esse o espaço estratégico da Internet das coisas. E é por isso que o piloto automático é o desiderato que as empresas dos Big Data almejam consagrar nos carros e nas casas. Porque a sociedade dos Big Data alimenta-se da destruição do lado imprevisível da vida em sociedade. Como salientam Dugain e Labbé (2016), as GAFAs (Google, Apple, Facebook e Amazon) procuram vender-nos a ilusão de que nunca estamos sós, uma vez que estamos ligados em rede. Para questionar esse argumento, os autores citam a socióloga americana Sherry Turkle, que escreveu o livro *Alone Together*, concordando que o sentimento de ligação permanente trazido pela hiperconectividade nos deixa cada vez mais fechados num universo virtual, onde estamos todos juntos, mas cada vez mais sozinhos. Porque, ao contrário das aparências, a rede não fez aparecer novas solidariedades. Com poucas exceções, a regra é cada um na sua bolha (*apud* Dugain e Labbé, 2016).

A casa não é só um albergue de bolhas onde se concentram os rastros da nossa pegada digital. É também o *locus* de manifestação de uma nova anomia. Atualizando Durkheim, diríamos que esses lugares, a começar pela casa – onde estamos ‘juntos, mas cada vez mais sozinhos’ –, são locais de refúgio para respostas anómicas daqueles que enfrentam situações para as quais as formas tradicionais de organização social já não oferecem soluções. O colapso do mercado de trabalho, as dificuldades de acesso ao crédito, o regresso [ou a saída tardia d]a casa dos progenitores, entre outros constrangimentos, configuram uma nova realidade não redutível a uma mera acumulação de casos individuais. O Japão, por exemplo, tem vindo a preocupar-se com uma nova patologia social que ganha foros de um problema de saúde pública. Os hikikomori (que significa ‘isolado em casa’) designam um comportamento de extremo isolamento doméstico, marcado por uma superficial ligação ao mundo através da mediação tecnológica, que afeta os jovens que têm entre 15 a 39 anos, e que decidem afastar-

se completamente da sociedade, de modo a evitar o contato com outras pessoas (Furlong, 2008).

A casa despida dá origem a uma aldeia digital. Como lembram Dugain e Labbé (2016), o uso intensivo de tecnologias faz-nos entrar na era da vigilância total. A vida privada passa a ser encarada como uma anomalia. Porquê lamentar, então, o seu desaparecimento? Empresas como a Google tranquilizam-nos argumentando que a aldeia digital não é pior que as aldeias de outrora, onde todos sabiam da vida de todos. Não deixa de ser verdade, desde que não esqueçamos que nas aldeias de outrora, cada um conhecia quem o vigiava, havendo uma reciprocidade na vigilância. Além disso, esta espécie de autovigilância era imperfeita. Não estava em todo o lado, nem em todos os momentos. A aldeia digital, está ancorada numa espionagem invisível, massiva, permanente e infalível, na qual todas as informações são centralizadas por uma potência desencarnada e onisciente (*idem*). Dela fazem parte, cada vez mais integrados no sistema doméstico, os carros autónomos concebidos para circular em cidades inteligentes, o mobiliário urbano inteligente, assim como os drones que se preparam para gerir o sistema de entregas ao domicílio. Byung-Chul Han (2014) retrata a aldeia digital como um “panóptico digital”, cujos habitantes se sujeitam voluntariamente a uma transparência que dá origem a um “mercado onde se expõem, vendem e consomem intimidades” (*idem*, 53). Se aceitarmos esta leitura ‘benthamiana’, a casa é a prisão.

Dugain e Labbé (2016) retratam uma realidade que nos mostra que a transparência total da aldeia eletrónica e da casa despida faz parte de uma nova forma de Inquisição. O que significa ser transparente, perguntam? Os promotores da aldeia eletrónica promovem uma confusão intencional entre honestidade e transparência. A questão que temos de nos colocar é se a única forma de tornar as pessoas honestas é colocá-las em vigilância 24 horas por dia? Se respondermos que sim, então a casa despida pode ser o instrumento da honestidade totalitária. Como nota Han (2014), esse é o sinal mais claro que a obsessão com a transparência traduz o desaparecimento da confiança mútua que regulava as relações nas aldeias de outrora. Mas, mesmo que nada tenhamos a esconder, por que razão é tão fundamental preservar um espaço onde os outros não têm o direito de olhar e de ouvir? O valor social da vida privada reside na necessidade que todos temos em “saber algo que os outros não sabem. É aquilo que ninguém sabe sobre nós que nos permite conhecer-nos a nós próprios” (Don DeLillo *apud* Preston 2014). Preston acrescenta que sem intimidade não há imaginação e que estamos condenados a seguir meros instintos de sobrevivência. Citando Josh Cohen, advoga a necessidade de preservação da vida privada, porque é a privacidade que “garante que nunca somos totalmente conhecidos pelos outros ou por nós mesmos, [e que] oferece um abrigo para a liberdade imaginativa, a curiosidade e a autorreflexão”.

A casa despida é uma casa que se veste, cada vez mais, com uma roupagem adequada ao *striptease*. O que as antecâmeras fomentaram na arquitetura das casas (a proteção dos espaços mais íntimos, desempenhando o papel de filtro entre níveis espaciais de intimidade) está hoje a ser desfeito pelas câmaras e pelo olho eletrónico e sensível. Multinacionais como a IKEA estão hoje a fomentar alianças estratégicas com os tubarões da Internet das coisas. Esses tubarões estão cada vez menos dependentes das portas de entrada ‘tradicionais’ da casa despida (o computador, o telemóvel ...) porque as coisas que vão entrando nas casas multiplicam as portas e janelas por onde penetra o olhar perscrutante do panóptico digital. A coleção *Home Smart*,¹ da IKEA, não é apenas mais uma linha de mobiliário. A Amazon não

¹ Não deixa de ser relevante assinalar que a designação da tecnologia (tecnologia Qi – na qual se ancora a Internet das coisas) a partir da qual a IKEA desenvolve a sua linha *Home Smart* se baseie numa palavra chinesa (Qi), cujo significado é ‘fluxo de energia’.

entrega apenas coisas lá em casa. Entrega, preferencialmente, aquelas coisas que fazem parte da Internet das coisas. A sua, recentemente criada, linha de móveis e de decoração (a *Rivet e a Stone & Beam*) não é apenas uma estratégia para diversificar a sua presença no setor do retalho. É também, e sobretudo, o ‘cavalo de Troia’ onde galopa a Internet das coisas. A *Android Things* é uma das novas fronteiras da Google, visando gerar e agregar mais informação que a política do perfil único, para interligar e conectar dispositivos dentro e fora de casa. Casas inteligentes, edifícios inteligentes, sensores, monitores, câmaras, sistemas de alarme levar-nos-ão à próxima etapa da Internet das coisas: as cidades verdadeiramente inteligentes.

No panóptico digital, a casa despida torna-se uma prisão sem grades. Nela, onde os objetos obedecem ao nosso dedo, à nossa voz, ao nosso olhar, para realizar os nossos desejos, cada movimento é detetado e lido de uma maneira estruturada. Nela, os indivíduos que a habitam vivem cada vez mais em células isoladas umas das outras. Ao contrário do panóptico de Bentham, podem comunicar e ver-se entre si. Mas, frequentemente, transferem a comunicação para o ciberespaço e o campo do visual plasma-se nas relações pautadas pelo piloto automático. Como salienta Han, não são propriamente prisioneiros, mas “vivem na ilusão da liberdade. (...) expõem-se e revelam-se a eles próprios, voluntariamente. A autoexposição ilumina mais eficazmente do que a exposição por ação de outrem” (2016: 86). Han estabelece uma analogia entre a autoexposição e a autoexploração para argumentar que a autoexposição (como a autoexploração) é mais eficaz que a exposição (ou seja, a exploração), uma vez que se funda num sentimento de liberdade e na inconsciência da coação externa. “Na autoexposição coincidem a exibição pornográfica e o controlo pan-ótico (...) [e] o medo de ter de se renunciar à esfera privada e à intimidade é substituído pela necessidade de uma exibição sem vergonha (...), [sendo impossível] distinguir-se a liberdade e o controlo” (*idem*). Na casa despida, a exibição pornográfica antecipa o efeito da vigilância. Como no panóptico de Bentham, basta a suposição da existência de um guarda para gerar comportamentos de subordinação. Por isso, mostramos antes de sermos vistos.

Referências bibliográficas

- Bryson, Bill (2010), *At Home: A Short History of Private Life*. Londres: Random House.
- Duby, Georges; Ariés, Philippe (1990), *História da Vida Privada - Vol. V*. Porto: Afrontamento.
- Dugain, Marc; Labbé, Christophe (2016), *L’homme nu - La dictature invisible du numérique*. Paris: Plon.
- Elias, Norbert (2006), *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Lisboa: Dom Quixote.
- Furlong, Andy (2008), "The Japanese Hikikomori Phenomenon: Acute Social Withdrawal among Young People", *The Sociological Review*, 56 (2): 309-325.
- Han, Byung-Chul (2016), *No enxame. Reflexões sobre o digital*. Lisboa: Relógio de Água.

Han, Byung-Chul (2014), *A sociedade da transparência*. Lisboa: Relógio de Água.

Klous, Sander; Wielaard, Nart (2016), *We Are Big Data: The Future of the Information Society*. Amsterdão: Atlantis Press.

Mattoso, José (ed.) (2011a), *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, José (ed.) (2011b), *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores.

Peixoto, Paulo (2017), "Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento", *Educação*, 40 (2): 150-59.

Preston, Alex (2014), "The death of privacy". *The Guardian*, 3 de agosto de 2014. <https://www.theguardian.com/world/2014/aug/03/internet-death-privacy-google-facebook-alex-preston>.

Vion-Dury, Philippe (2016), *La nouvelle servitude volontaire: Enquête sur le projet politique de la Silicon Valley*. Limoges: FYP EDITIONS.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto tem duas linhas de edição com orientações distintas: a linha "**Estudos**", que se destina à publicação de relatórios de investigação e a linha "**Debates**", orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

